

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios Quotistas e Administradores da
Pacífico Energia Comercializadora Ltda.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Pacífico Energia Comercializadora Ltda. (“Empresa” ou “Pacífico”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pacífico Energia Comercializadora Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. Os exames dessas demonstrações foram conduzidos sob nossa responsabilidade, para as quais emitimos relatório em 24 de janeiro de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2024.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.668	19.720	Fornecedores	9	28.131	968
Clientes	5	30.187	887	Impostos a recolher		68	1
Tributos a recuperar		478	86	Valor justo dos contratos de energia	16.2	2.602	10.091
Valor justo dos contratos de energia	16.2	16.287	11.905			30.801	11.060
		61.620	32.598	Não circulante			
Não circulante				Arrendamento		795	968
Valor justo dos contratos de energia	16.2	3.192	870	Valor justo dos contratos de energia	16.2	13.472	357
Partes relacionadas	7	-	16	Passivo fiscal diferido		1.600	791
Investimento	8	1.615	-			15.867	2.116
Imobilizado	6	1.033	1.182	Patrimônio líquido			
		5.840	2.068	Capital Social	12	20.000	20.000
				Lucros retidos		792	1.490
						20.792	21.490
Total do ativo		67.460	34.666	Total do passivo e patrimônio líquido		67.460	34.666

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	13	181.617	15.761
Custo de energia comprada	14	(181.553)	(15.495)
Resultado do valor justo de contratos de energia	16	1.078	2.327
		<u>1.142</u>	<u>2.593</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(4.006)	(760)
Resultado equivalencia patrimonial		5	-
Compra vantajosa		1.300	
Outras receitas e despesas operacionais	14	7	1
Resultado financeiro, líquido	15	1.662	447
		<u>110</u>	<u>2.281</u>
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	10.b	(808)	(791)
		<u>(698)</u>	<u>1.490</u>
(Prejuízo)/lucro do exercício			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
(Prejuízo)/lucro do exercício	(698)	1.490
Total do resultado abrangente do exercício	(698)	1.490

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Lucros acumulados	Total
Integralização de Capital Social	1.000	-	1.000
Aporte de capital	19.000	-	19.000
Lucro líquido do exercício	-	1.490	1.490
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.000	1.490	21.490
Prejuízo líquido do exercício	-	(698)	(698)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.000	792	20.792

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/lucro do exercício	(698)	1.490
Ajustes que não afetam o caixa		
Valor justo dos contratos de energia	(1.078)	(2.327)
Compra vantajosa	(1.300)	
Resultado equivalencia patrimonial	(5)	
Imposto diferido	808	791
	(2.273)	(46)
Decréscimo/(acrécimo) nas contas de ativo		
Clientes	(29.300)	(887)
Outros créditos	(392)	(86)
Partes relacionadas	16	(16)
Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo		
Fornecedores	27.163	968
Impostos a recolher	67	1
	(4.719)	(67)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		
Impostos pagos	-	-
	(4.719)	(67)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(23)	(214)
Aquisição de investimento	(310)	
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimento	(333)	(214)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital		1.000
Aporte de capital	-	19.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	-	20.000
(Redução)/acrécimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.052)	19.720
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.720	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.668	19.720
(Redução)/acrécimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.052)	19.720

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Pacífico Energia Comercializadora Ltda. (“Empresa” ou “Pacífico”) é uma sociedade empresarial limitada, formalmente constituída em 29 de março de 2022, tendo iniciado suas atividades em julho daquele mesmo ano.

A Empresa tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, a consultoria e a assessoria em negócios relacionados à energia elétrica, outorgado pela ANEEL no despacho nº 1.788, de 05 de julho de 2022, organizada e regida nos termos do contrato social e das demais disposições aplicáveis. A Pacífico tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rouxinol, nº 300 - Sala 21, Bairro Moema.

Volume energético

	Venda de energia	Total
MWh 2023		1.958.924,13

	Compra de energia	Total
MWh 2023		1.959.741,62

A Empresa está classificada como tipo 1 (Sem limitação para o registro de montantes de venda no sistema de contabilização e liquidação da CCEE). Todas as exigências foram cumpridas até a emissão dessas demonstrações contábeis.

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, em 26 de outubro de 2023 a Pacífico adquiriu a empresa “Valora Energia Ltda”. Em função dessa troca de controle, a sua razão social foi alterada para Pacífico Energia Varejista Ltda.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 06 de fevereiro de 2024. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como dados contratuais, volume de energia performada e seguros, não foram auditados.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 - contas a receber (Perda Estimada para Credores de Liquidação Duvidosa);
- Nota Explicativa nº 11 - provisão para contingência;
- Nota Explicativa nº 16 - valor justo dos contratos de energia (estimativa de valor justo desses instrumentos financeiros).

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

a) Classificação ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) a Empresa transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (iii) a Empresa não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não superam o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Consumidores, concessionárias e permissionárias.

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizada com base no regime de competência. São registrados ao valor justo e classificados como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo; são mensurados ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.4. Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturada para a Empresa e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizada pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

3.5. Valor justo dos contratos de energia

A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia.

Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco aprovados pela Administração. Contratos nesta carteira podem ser apurados pelo valor líquido à vista (em dinheiro) ou por outro instrumento financeiro, por exemplo: (i) celebrando com a contraparte contrato de compensação; (ii) “dissolvendo sua posição” contratual antes de seu exercício ou prescrição; ou (iii) após a operação realizar zeragem da posição com finalidade de gerar lucro por flutuações de preço.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 8 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos é estimado pela Empresa com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços praticados nas operações de compra e venda recentes, via cotação em mercado de balcão; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de fornecimento, levando em consideração o submercado e o tipo de fonte da energia negociada, entre outros.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos.

3.7. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.10. Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

As compras (volume de energia comprada) e as vendas (volume de energia vendida) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia.

3.11. Consolidação

Atualmente, a Empresa tem participação e influência sobre a Pacífico Energia Varejista Ltda.

A Administração da Empresa optou pela não preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, uma vez que está isenta desta apresentação de acordo com o pronunciamento contábil CPC 36 (R3), pelo fato de que a Empresa "é ela própria uma controlada de outra entidade."

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na norma IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47;	1° de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante;	1° de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1 / CPC 26	Esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório;	1° de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) 3 IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis.;	1° de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1° de janeiro de 2025

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	-	-
Aplicação financeira (a)	14.668	19.720
	<u>14.668</u>	<u>19.720</u>

- (a) As aplicações financeiras se referem a operações de renda fixa remuneradas com base no Certificado de Depósito Interbancário - CDI de 101,75% e, de acordo com os contratos firmados pela Empresa e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente sem perda no valor dos investimentos.

5. Clientes

	2023	2022
Faturadas	801	-
Não faturadas (a)	29.386	887
	<u>30.187</u>	<u>887</u>

- (a) Os saldos dos itens não faturados são compostos pelas provisões de vendas de energia por meio de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), celebrados até 31 de dezembro de 2023 e faturados por meio da emissão das correspondentes notas fiscais no mês subsequente. Em conformidade com o artigo 7º Inciso II da Portaria CAT nº 97/2009.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10	172	(20)	152
Computadores e periféricos	20	131	(24)	107
Arrendamento mercantil - aluguel	6	968	(194)	774
		<u>1.271</u>	<u>(238)</u>	<u>1.033</u>

	Saldo em 2022	Adições	Depreciação do exercício	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	167	2	(17)	152
Computadores e periféricos	47	79	(19)	107
Arrendamento mercantil - aluguel	968	-	(194)	774
	<u>1.182</u>	<u>81</u>	<u>(230)</u>	<u>1.033</u>

7. Partes relacionadas

	2023	2022
Pacífico Empreendimentos	-	16
	<u>-</u>	<u>16</u>

8. Investimentos

a) Composição do investimento

	31/12/2023	31/12/2022
Controlada		
Pacífico Energia Varejista Ltda.	1.615	-
	<u>1.615</u>	<u>-</u>

b) Movimentação dos investimentos

	Aquisição	Método de equivalência patrimonial	Compra Vantajosa	Outros	31/12/2023
Pacífico Energia Comercializadora Ltda.	300	5	1.300	10	1.615
	<u>300</u>	<u>5</u>	<u>1.300</u>	<u>10</u>	<u>1.615</u>

Em 26 de outubro de 2023, a Pacífico adquiriu 100% das quotas do capital social da entidade Pacífico Energia Varejista Ltda. (atual denominação da empresa Valora Energia Ltda.), pelo valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), pagos à vista. O objetivo da transação foi obter outra autorização de comercialização com vistas a permitir a futura segregação entre as atividades com perfil atacadista daquelas de cunho varejista, atualmente conduzidas pela Empresa.

Ressalta-se a existência na Pacífico Energia Varejista Ltda. de ativos cujo valor é superior ao efetivamente pago por sua aquisição, indicando ter sido essa uma Compra Vantajosa.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	2023	2022
Provisão por competência	28.131	968
	<u>28.131</u>	<u>968</u>

O saldo de "Provisão por competência" é composto por R\$ 28.131 referente a compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu até o último dia de cada data-base e faturado pelo fornecedor de energia no mês subsequente.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	2022
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	110	2.281
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação	(405)	776
Efeito das (adições) exclusões		
Resultado do valor justo de contratos de energia	(1.078)	(2.327)
Compra vantajosa	(1.300)	
Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício	(2.378)	(45)
Corrente	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício	-	-
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	0,00%	0,00%

b) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	2023	2022
Compra vantajosa	1.300	-
Resultado de instrumentos financeiros	1.078	2.327
Base tributável	2.378	2.327
Imposto de Renda - 15%	(356)	(349)
Adicional do Imposto de Renda - 10%	(238)	(233)
Contribuição Social - 9%	(214)	(209)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(808)	(791)

11. Contingências

A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não possui processos contingentes que necessitem ser provisionados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social (expresso em Reais)

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Empresa é de R\$ 20.000.000, totalmente subscrito e integralizado, divididos em 20.000.000 de cotas, como demonstrado a seguir:

	<u>Quotas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Percentual</u>
Pacífico Energia Empreendimentos e Participações S.A.	19.800.000	19.800.000	99%
Clayton Morales	100.000	100.000	0,5%
Oderval Esteves Duarte Filho	100.000	100.000	0,5%
	<u>20.000.000</u>	<u>20.000.000</u>	<u>100%</u>

13. Receitas de vendas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita revenda de energia elétrica	199.892	17.276
Receita de serviços prestados	437	-
Impostos incidentes sobre receitas	(18.712)	(1.515)
	<u>181.617</u>	<u>15.761</u>

14. Custo de energia comprada, despesas administrativas e outras receitas/(despesas) operacionais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compra de energia elétrica	(181.553)	(15.495)
Pessoal e administradores	(563)	(89)
Serviços de terceiros	(2.851)	(553)
Aluguéis de prédios locados de PJ	(194)	(61)
Viagens e representações	(35)	(2)
Outros	(356)	(54)
	<u>(185.552)</u>	<u>(16.254)</u>
Custo da energia comercializada	(181.553)	(15.495)
Despesas administrativas	(4.006)	(760)
Outras receitas operacionais	7	1
	<u>(185.552)</u>	<u>(16.254)</u>

15. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1)	-
Outras despesas financeiras	(50)	-
IOF	-	(3)
	<u>(51)</u>	<u>(3)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.713	450
	<u>1.713</u>	<u>450</u>
	<u>1.662</u>	<u>447</u>

16. Instrumentos financeiros

16.1. Gerenciamento de riscos

A Pacífico mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para a perpetuidade da Empresa e para uma adequada remuneração dos seus acionistas. Para isso existem políticas documentadas com o intuito de:

- Assegurar que os gestores tenham a compreensão das posições da Empresa e dos principais riscos associados;
- Limitar as perdas potenciais de acordo com o apetite a risco estabelecido;
- Auxiliar no processo de tomada de decisão, através da mensuração, precificação e provisionamento de capital para os riscos associados às atividades da Empresa; e
- Estabelecer uma divisão clara de responsabilidades.

Os riscos mais significativos são:

Risco de liquidez financeira

O risco de liquidez financeira representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos ou de perdas maiores que o estimado pelos modelos de risco, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Empresa monitora constantemente o seu fluxo de caixa com o objetivo de manter níveis de liquidez adequados para cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Ela também mantém limites de crédito pré-aprovados com instituições financeiras caso necessite acessá-las.

Risco de liquidez de mercado

A Empresa está exposta à disponibilidade dos agentes de mercado em comprar ou vender energia, segundo os produtos e prazos desejados. A depender de tal disponibilidade, os custos incorridos para a montagem – ou desmontagem – de uma posição podem divergir daqueles considerados a partir do emprego da curva de marcação de mercado até então vigente. Por isso, a Empresa monitora diariamente tais agentes de mercado para estimar o custo efetivo de entrada – ou de saída – de suas posições em energia.

Risco de preço de mercado

A Empresa está exposta a preços de mercado que podem impactar a mensuração do valor justo da carteira ou do valor de liquidação de seus contratos. O principal risco associado é o de variação do preço da energia elétrica, que é mensurado pela metodologia de *Value at Risk* (VaR) - Simulação Histórica, e limitado através de parâmetros claros formalizados em política específica.

Risco de crédito

A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito (inadimplemento) (i) pela análise criteriosa das capacidades financeiras, técnicas e comerciais de cada uma de suas contrapartes considerando, entre outros fatores, a situação financeira, experiência e reputação dos sócios e diretores e alavancagem operacional e (ii) pela estrutura de garantias exigida de acordo com o grau de risco estabelecido. As contrapartes são divididas em grupos de risco de acordo com as suas especificidades. A partir daí é aplicada metodologia, que determina os limites financeiro e quantitativo (esse mensurado em MWh) válidos para cada um dos clientes, segundo o rating e o tipo da contraparte (gerador / comercializador / distribuidor / consumidor). A exposição a riscos de crédito é acompanhada de maneira recorrente pela diretoria da Empresa.

Risco operacional

O risco operacional representa a possibilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas nos processos da Empresa e/ou nos seus controles internos. Dentre eles, os principais são: (i) falta de precisão nos relatórios que são utilizados para gerenciar o portfólio; (ii) erros na formalização de contratos e/ou em inputs do sistema; (iii) falhas no funcionamento dos sistemas utilizados ou na integração entre eles; e (iv) vazamento de dados, interno ou externo (hackers). Para mitigar esses riscos a Empresa (a) tem processos desenhados com etapas independentes de validação, (b) investe em sistemas e na proteção dos dados e (c) faz treinamentos com os seus colaboradores.

16.2. Instrumentos financeiros (contratos futuros)

Como descrito na nota explicativa nº 3.5, a Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas reconhecidos pelo seu valor justo.

PACÍFICO ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, correspondente a um ganho bruto de R\$ 3.752 (e Líquido de Pis e Cofins à ordem de R\$ 347, totalizando R\$ 3.405) foi reconhecida na rubrica “Resultado de valor justo de contratos de energia”, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	2023	2022
Ganho temporário - circulante	17.947	13.119
Pis e Cofins Ganho temporário - circulante	(1.660)	(1.214)
Ganho temporário Líquido - circulante	16.287	11.905
Ganho temporário - não circulante	3.517	958
Pis e Cofins Ganho temporário - não circulante	(325)	(89)
Ganho temporário Líquido - não circulante	3.192	870
Perda temporária - circulante	2.867	11.120
Pis e Cofins Perda temporária - circulante	(265)	(1.029)
Perda temporária Líquido - circulante	2.602	10.091
Perda temporária - circulante	14.845	393
Pis e Cofins Perda temporária - circulante	(1.373)	(36)
Perda temporária Líquido - circulante	13.472	357
Resultado líquido da operação	<u>3.405</u>	<u>2.327</u>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2023. A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até dezembro de 2029.

16.3 Instrumentos financeiros por categoria de valor de mercado e contábil

O CPC 40 determina que a Empresa deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho:

	2023	2022
Ativo		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	<u>19.479</u>	<u>12.775</u>
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	14.668	19.720
Contas a receber	30.187	887
	<u>44.855</u>	<u>20.607</u>
Passivo		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	<u>16.074</u>	<u>10.448</u>
Custo amortizado		
Fornecedores	28.132	968
	<u>28.132</u>	<u>968</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição energética em MWh

Ano	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long
2024	837.590	(927.689)	(90.099)
2025 à 2029	315.216	(901.777)	(586.561)

A Pacífico está exposta à riscos relevantes de crédito, de liquidez e de mercado.

A Administração da Empresa gerencia tais riscos por meio de práticas de metodologias e políticas que permitem manter o controle de sua carteira dentro dos limites de risco definidos como aceitáveis. Conforme já citado, as principais práticas para mitigação dos riscos são:

- Análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes;
- Monitoramento constante de seu fluxo de caixa a fim de evitar descasamento de datas de vencimentos de ativos e passivos;
- Mantém relacionamento com instituições financeiras caso necessite de linha de crédito;
- Aplicação de metodologia de risco utilizando VaR (Value at Risk);
- Análise de stress e sensibilidade;
- Atualização diária dos preços;
- Acompanhamento diário do limite atingido versus limite estabelecido pela Administração.

16.4. Mensuração do valor justo

O valor justo dos contratos é mensurado diariamente pela Empresa, de acordo com os preços de mercado observados, e acompanhado através de relatórios gerenciais.

O CPC 48 define o valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos.

O CPC 40 determina uma hierarquia de três níveis para o valor justo descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Empresa foram classificados como Nível 2.